

## **Abordagem quantitativa e positivismo: entre o nó e o laço**

**MARCOS GILBERTO DOS SANTOS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)  
marcosgilberto74@gmail.com

**FERNANDA ALMEIDA PEREIRA**  
nandalpe@yahoo.com.br

**ADRIANO LEAL BRUNI**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)  
albruni@gmail.com

## Abordagem quantitativa e positivismo: entre o nó e o laço

### 1. Introdução

O presente ensaio retrata uma inquietação epistemológica diante das diferentes correntes compartilhadas nas ciências sociais, especialmente na Administração, onde encontram vasto campo para desenvolvimento. Classificações, limitações e fronteiras de paradigmas influenciam o modo como se constrói o sentido de realidade e tem a capacidade de informar essa mesma realidade de uma postura objetiva ou subjetiva por parte do pesquisador. Nesse sentido, o amadurecimento do campo de estudo da Administração tem despertado crescente interesse nos paradigmas de pesquisa, em especial sua contribuição na construção de um saber estruturado e coerente.

Assim, um esforço crescente de compreensão das questões epistemológicas relacionadas à pesquisa e a produção do conhecimento em Administração tem levado pesquisadores a se debruçarem sobre o tema, seja no cenário brasileiro, seja no cenário internacional (BURREL; MORGAN, 1979; CALDAS, 2005). Na mesma direção, esse texto intenta compartilhar elementos da epistemologia em Administração, considerando as classificações existentes, mas também identificando pontes entre as diversas características presentes na pesquisa do campo e deixando-as permear os paradigmas na direção de uma visão mais integradora. Não é novo o esforço multiparadigmático no campo da Administração, apesar do reconhecido perigo que essa empreitada envolve, exigindo dos pesquisadores cuidados e tomadas de posição em relação às concepções de ciência e conhecimento envolvidos (MORGAN, 2007).

Assim, o objetivo do presente ensaio é contribuir com questionamentos acerca dos critérios utilizados para classificar estudos na área de Administração, mostrando que características inicialmente claras nos paradigmas aceitos podem dar margem a uma maior discussão. Em especial, o questionamento que guia o texto pode ser posto como: na área de Administração, as pesquisas com abordagem quantitativas podem continuar sendo classificadas sempre como positivistas (como em um nó), dado o seu esforço de mensurar e transformar em números realidades complexas presentes nas organizações?

O caminho proposto para essa jornada passa pelas concepções de epistemologia consagradas no campo das ciências em geral e da Administração em particular, seguido das características mais representativas de cada grupo. O texto encerra-se com uma argumentação sobre características do paradigma positivistas ausentes de muitas pesquisas quantitativas na área da Administração, pondo em questão esse critério de classificação de paradigma baseado na abordagem metodológica, abrindo uma nova possibilidade de enxergar características interpretativistas (o laço) nas pesquisas com abordagem quantitativa. Assim, a contribuição esperada desse texto se relaciona com a necessidade de continuar o aprofundamento da discussão epistemológica no campo da Administração, em particular os paradigmas de pesquisa que estão presentes no campo e, de maneira explícita ou implícita, influenciam a relação entre o pesquisador e a realidade objeto de sua investigação.

### 2. Epistemologia em estudos organizacionais

A riqueza de conhecimentos produzidos no campo das organizações deixou transparecer uma gama de tensões presentes no campo desde os estudos de Weber, com uma busca de racionalização da ação na sociologia – e por consequência, nas organizações – e Marx, que

enxergava a organização como construto social palco da dominação e atomização da ação humana (MARSDEN; TOWLOY, 2001). O nascimento da Teoria da Administração, no início de século XX, vem lastreado nessa concepção de racionalização oriunda da ciência moderna positivista aliada a uma busca de maior eficiência operacional que caracteriza o pensamento funcionalista (MATTOS, 2009; FRANÇA, 2004). Mesmo estudos que passam a incluir o homem – desconsiderado na busca da racionalidade técnica, como observara Weber – e suas decisões e motivações, ainda guardavam uma estreita relação com os objetivos econômicos da organização, reforçando o caráter funcionalista dos estudos. Assim, o *status* científico buscado pela Administração aparece lastreado na concepção de que o conhecimento em bases analíticas pode alcançar maior legitimidade no contexto social onde pode ser aplicado (MATTOS, 2009).

A construção do conhecimento na ciência, em geral, e nos estudos organizacionais, em particular, está ancorada em certas crenças e pressupostos de como enxergamos e nomeamos a realidade, formando o paradigma de pesquisa do cientista. Saccol (2009) destaca os dois níveis paradigmáticos interligados: o ontológico e o epistemológico. A ontologia se relaciona em como enxergamos o mundo e os fenômenos presentes. A ontologia realista parte do pressuposto que o mundo existe independente do observador e se relaciona com uma epistemologia objetivista. Essa concepção é mais facilmente verificável nas ciências naturais, onde o pesquisador guarda certa distância do fenômeno e busca observá-lo sem causar alterações no meio. A essa epistemologia, Japiassu (1992) nomeia de não-genética, na qual o acordo entre sujeito e objeto é feito *a priori* e os dados já estão disponíveis quando da chegada do pesquisador.

Por outro lado, a ontologia idealista considera o mundo como uma construção mental totalmente dependente da percepção do pesquisador. Nesse caso, a própria existência dos fenômenos está condicionada ao modo como o observador o percebe. A ontologia idealista se relaciona com uma epistemologia subjetivista e entende a construção do conhecimento como um processo principalmente cognitivo e mental, ocorrendo segundo a leitura e o sentido que o pesquisador dá ao fenômeno (SACCOL, 2009; VERGARA; CALDAS, 2005). Classificada como epistemologia genética, aqui o conhecimento tem um caráter dinâmico, com o acordo entre sujeito e objeto sendo construído ao longo do processo de pesquisa (JAPIASSU, 1992).

Informados pela ontologia e epistemologia, os paradigmas surgem como possibilidades de visão de mundo às vezes vistas como excludentes (KUHN, 1970; VERGARA; CALDAS, 2005), complementares e até como integradas (MORGAN, 2007). Para Kuhn (1970), os paradigmas vão se sucedendo nas ciências, quando o paradigma dominante (*normal science*), adotado pela maior parte dos cientistas de sua época, passa a ser questionado e atacado por um paradigma emergente, que o substitui e se estabelece como novo paradigma. Porém, Kuhn, como físico, está mais ligado a uma ontologia e epistemologia objetiva, além de conceber um paradigma mais como uma base aceita de pensamento compartilhado entre cientistas do que como pressupostos que informam a concepção de conhecimento da ciência que está prestes a se fazer (KUHN, 1970; JAPIASSU, 1992).

Numa perspectiva mais próxima das ciências sociais aplicadas, precisamente no campo de análise organizacional, Burrell e Morgan (1979) trazem duas importantes contribuições: os autores identificam quatro paradigmas possíveis na área das ciências sociais e, diferente de Kuhn (1970), entendem como plausível o convívio entre os diversos paradigmas. Assim, a concepção evolucionista e belicosa de Kuhn (1970) é contraposta perante uma possibilidade de diferentes paradigmas que convivem em um campo de estudo.

### 3. O Modelo de Burrell e Morgan

A proposta delineada por Burrell e Morgan (1979) está baseada em dois eixos principais formando uma matriz com quatro possíveis paradigmas. Em um eixo estão as questões ontológicas, epistemológicas, sobre a natureza humana e também sobre os métodos de pesquisa alocados em dois extremos. Para o autor, esses conceitos estão inter-relacionados e, de forma explícita ou implícita, estão presentes na forma de ver o mundo e na pesquisa. No segundo eixo está situada a natureza da sociedade, onde um extremo indica estabilidade e continuidade, e o outro conflito social e desordem. A matriz mostrada na Figura 1 indica os quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

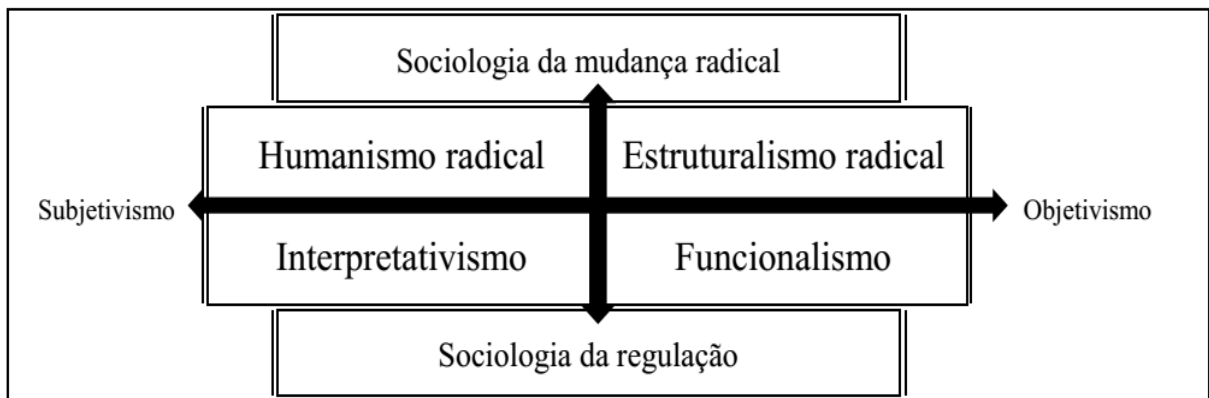


Figura 1: Os quatro paradigmas para investigação em ciências sociais. Adaptado de Burrell e Morgan (1979)

Entre as categorias elencadas na matriz da Figura 1, o interpretativismo e o funcionalismo constituem-se nos paradigmas mais presentes nos estudos organizacionais, apesar da presença perseverante do humanismo radical e do estruturalismo radical (DIAS et al, 2013; DALMORO et al, 2007).

O paradigma interpretativista está baseado numa sociologia de regulação, com uma leitura de mundo identificada como antipositivista, na qual o pesquisador não tenta se colocar à margem do objeto de pesquisa, mas interage com ele. Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento gerado nessa perspectiva se dá por uma interpretação do pesquisador dos fenômenos vivenciados. Não se espera simplesmente coletar os dados de uma realidade, mas construí-los conjuntamente, ou até produzi-los com o fim da pesquisa. Assim, amostras são selecionadas de forma intencional a partir de critérios como nível de representação institucional, pensamento divergente e presença de diversidade (DALMORO et al, 2007; BURRELL; MORGAN, 1979; SACCOL, 2009)

Como categoria dominante na área de estudos organizacionais, o paradigma funcionalista abriga uma ampla variedade de teorias nas quais predominam uma visão ontológica objetiva da realidade, ou seja, nesse paradigma, o pesquisador se posta separado do objeto de estudo e parte do princípio que esse mesmo objeto está estabelecido nas relações sociais. Nesse aspecto, o funcionalismo está enraizado numa sociologia positivista oriunda de August Comte, a qual a busca entender e prever as ações sociais (SACCOL, 2009; BURRELL; MORGAN, 1979).

Apesar de dominante desde as primeiras teorias da Administração, como a teoria científica e comportamental principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, no Brasil, o início dos estudos

na área de análise organizacional não tinha no funcionalismo seu paradigma dominante, o que vem a ocorrer somente a partir dos anos de 1990 (BERTERO; KEINERT, 1994). Ainda assim, Caldas (2005) entende que grande parte dos pesquisadores brasileiros não acompanharam as discussões teóricas internacionais que alimentaram o funcionalismo a partir das abordagens contingencialista e sistêmica, tornando o campo desatualizado no Brasil.

Desde o seu estabelecimento, porém, o paradigma funcionalista vem recebendo contribuições de outras vertentes de pensamento e alargando suas fronteiras. Já na visão de Burrell e Morgan (1979), elementos do marxismo, oriundos do paradigma estruturalista radical, e do idealismo alemão e sua subjetividade, que alimenta uma ontologia oposta ao objetivismo, tem enriquecido e informado as teorias presentes nesse paradigma. Também Caldas e Fachin (2005) enxergam uma inflexão interpretativista no funcionalismo como contribuição do neoinstitucionalismo de DiMaggio e Powell.

#### 4. O debate Kuhniano

Dadas as características desses dois principais paradigmas utilizados nos estudos organizacionais, tem chamado a atenção o caráter belicoso de uma ampla variedade de autores na comparação entre os paradigmas. Em muitos debates, a visão de Kuhn (1970) ainda prevalece, com autores insistindo em contrapor interpretativismo e funcionalismo numa linha de combate e disputa por território sobre quem tem mais poder de explicar os fenômenos dos estudos organizacionais. Para Kuhn (1970), um paradigma dominante entra em colapso ao ser atacado e suplantado por um paradigma emergente que melhor explica a realidade e é crescentemente aceito pela comunidade científica.

Nesse sentido, Vergara e Caldas (2005, p. 66) enxergam que

[...] fundamentalmente, o interpretacionismo questiona o objetivismo arraigado na doutrina funcionalista, enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social.

Os autores colocam os paradigmas em contraposição, estabelecendo uma “missão” de equilíbrio do campo. No mesmo sentido, Marsden e Towley (2001, p. 37) estabelecem uma contraposição entre uma ciência normal, fundada no gerencialismo e funcionalismo, na qual os autores asseveram que “o imperativo prático da teoria organizacional foi, então, um desejo de desenvolver conhecimento de gestão e para a gestão”, e outra que busca contemplar aspectos como poder, dominação e busca contemplar os interesses dos funcionários, nomeada de ciência contra-normal. Porém, em seguida da acusação de atuar a teoria organizacional como ciência gerencialista, os autores entendem que esta perdeu a ligação com a realidade ao focar nos métodos positivistas e perdendo a capacidade de desenvolver teorias que suportem um maior entendimento da prática gerencial. No dizer dos autores,

Os problemas originais que estimularam a criação dos estudos organizacionais desvaneceram-se no passado, e os problemas são agora derivados de trabalhos sobre o estado da arte e modelos estatísticos. Os cientistas organizacionais estão tão envolvidos na ciência dos testes de hipótese que, frequentemente, perde-se de vista a utilidade prática dessa “teorização” (MARSDEN E TOWLEY, 2001, p. 41).

Saccol (2009) também estabelece uma oposição em relação aos paradigmas interpretativista e funcionalista ao descrever o primeiro como uma reação ao segundo, porém propõe que a leitura

da realidade não está na subjetividade, mas na construção social dos significados. Assim propõe uma posição intermediária entre o objetivismo e o subjetivismo, o qual chama de postura construtivista, de onde o significado surge, não como uma construção mental individual, mas o resultado entre as interações dos processos mentais e suas relações com o fenômeno.

Dalmoro et al (2007, p. 4) asseveram que “as teorias interpretativistas defendem que o homem não pode ser estudado matematicamente, pois é um ser extremamente complexo, e por essa razão não responde linearmente aos mesmos estímulos”. Tal visão busca estabelecer uma exclusividade interpretativista na pesquisa organizacional, num esforço de banir outros possíveis paradigmas da área. Mas, se tal postura concorrente entre os paradigmas é recorrente, também uma postura conciliadora ganha força nos estudos organizacionais.

## 5. A pluralidade de Burrell e Morgan

Na busca por uma postura integrativa da construção do conhecimento, Burrell e Morgan (1979), apesar de estabelecer importantes diferenças entre os paradigmas, não os vêem como concorrentes, mas como complementares e interativos. Além disso, as duas linhas que compõem a sua matriz paradigmática são propostas como um *continuum* entre os dois extremos. Sendo assim, os autores, de forma indireta, reconhecem níveis de objetividade e subjetividade, assim como diferentes níveis de mudanças sociais e regulação. Na esteira da contribuição integrativa, surgem os estudos multiparadigmáticos, alicerçados principalmente em escolhas metodológicas que poderiam soar incoerentes do ponto de vista paradigmático (MORGAN, 2007; CALDAS, 2005).

França (2004) posiciona importantes lacunas do paradigma funcionalista e relata a importância da adoção de paradigmas diferentes para suprir de forma mais completa o estudo da Administração. No dizer do autor, “a teoria da organização apresenta uma vocação fundamental de conhecimento mais explicativo e interpretativo. Tal vocação afirma-se, com muito mais ênfase, através das chamadas abordagens críticas” (FRANÇA, 2004, p. 131). Assim, uma tônica de complementaridade se oferece e se estabelece no campo dos estudos organizacionais, mesmo sabendo que as preferências pessoais – alicerçado numa ontologia do sujeito – deixará escapar vez por outra uma fala mais agressiva ou desvalorizadora de um paradigma não preferido.

## 6. A abordagem quantitativa: desfazendo o nó com o positivismo

Na busca por classificação paradigmática das pesquisas em estudos organizacionais, muitos autores têm utilizado o critério da abordagem metodológica para tal intento. Nesse critério, pesquisas qualitativas seriam classificadas como interpretativistas e pesquisas com abordagem quantitativas seriam positivistas ou funcionalistas (DALMORO et al, 2007; FEITOSA et al, 2009). Sacoll (2009) reforça essa concepção ao dizer que uma pesquisa interpretativista pode usar métodos quantitativos de forma complementar ou auxiliar, excluindo a possibilidade do seu uso como método principal. Há, portanto, uma pressuposição que encarcera a abordagem quantitativa nos limites do paradigma positivista. Porém, o paradigma situa percepções e escolhas do pesquisador em etapa anterior ao trabalho, podendo a etapa metodológica variar enormemente dentro de um mesmo paradigma. Mesmo ciente da importante relação entre paradigma e método, uma variedade de métodos, como estudo de caso e entrevista, pode aparecer tanto numa perspectiva positivista quanto interpretativista, dependendo somente da postura do pesquisador diante do fenômeno estudado (VERGARA, 2005).

Outro ponto que merece destaque é a concepção de que o uso da matemática e estatística obrigatoriamente lança a pesquisa (ou parte dela) numa perspectiva positivista do fazer ciência. Entre as principais características do positivismo que podem não se aplicar ao uso dos métodos quantitativos pode-se destacar: distanciamento sujeito-objeto, objetivismo e neutralidade, previsibilidade, reducionismo e generalização (MATTAR, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2000; DEMO, 2010; COZBY, 2011)

Distanciamento entre pesquisador e objeto: o positivismo pressupõe uma plena separação entre sujeito e objeto a ser pesquisado a partir das condições lógicas do enunciado científico e do método (DEMO, 2010). A presunção positivista de August Comte está tão distante da atual forma de fazer pesquisa, não somente porque é impossível o pesquisador desconsiderar sua atuação, como fica clara suas escolhas desde a definição do fenômeno a ser estudado. Se escolher também significa abrir mão, o pesquisador interage com o fenômeno desde a escolha do que vai e do que não vai estudar. E isso acontece independente de sua posição epistemológica. Um pesquisador de finanças estabelece quais empresas listadas na bolsa de valores vai avaliar e, para além disso, escolhe quais ativos e quais parâmetros de eficiência levará em consideração, seja lucro, dano ambiental ou transparência administrativa. O trabalho de Saccol (2009) define como positivista a construção de uma escala de atitude de consumidores em relação à qualidade de serviço no varejo (SERVQUAL) e essa definição dificilmente atende aos requisitos básicos de uma pesquisa positivista. Ao buscar na literatura os elementos que interferem na percepção da qualidade, o pesquisador faz escolhas sobre quais elementos devem ser considerados, e assim, influencia com sua visão de mundo os componentes da pesquisa. Além disso, uma vez elencados os elementos (ou dimensões) que participarão da pesquisa, a etapa da elaboração da escala se dá pela construção de afirmações que, segundo o pesquisador, melhor exprime cada elemento da escala. Nesse sentido, a visão de mundo a da realidade do pesquisador se impõe desde a escolha do tema até a composição da afirmação de uma escala de mensuração (COZBY, 2011). Assim, o pesquisador não só está próximo do objeto de pesquisa como o constrói a partir de suas concepções e significados.

Objetivismo e neutralidade: ciência objetiva e neutra fundamentou uma concepção de busca da verdade científica ancorada no método e na linguagem matemática (DEMO, 2014; MARCONI; LAKATOS, 2000, MATTAR, 2008). Os métodos quantitativos, por usarem números operados pela matemática e estatísticas, de fato podem passar uma sensação de objetividade, característica importante no positivismo, que preza a exatidão. Porém, matemática quando usada para quantificação – como idade ou salário – pode ter um nível de exatidão bem diverso de quando ela é usada para mensurar percepções. A sensação de quantificar o “mundo lá fora” de forma objetiva prevista na postura positivista simplesmente não está presente ao mensurar uma disposição atitudinal de um empregado em colaborar com a empresa, por exemplo. Ou seja, a objetividade existente em “eu ganho 3 mil Reais” não continua presente na afirmação “eu tenho a intenção de colaborar com a empresa no nível 3 entre 1 e 5”. Existem, portanto, variados níveis de subjetividade (BURREL; MORGAN, 1979). Assim, tanto a subjetividade do pesquisador, que construiu a afirmação segundo sua interpretação, como a subjetividade do respondente, atuam em conjunto na construção desse conhecimento. Métodos quantitativos que avaliam escalas de medida reconhecem essa subjetividade ao estabelecer parâmetros que buscam identificar se essa subjetividade pode uniformizar respostas, perdendo um importante elemento de avaliação, que é a variabilidade das respostas. Técnicas quantitativas, como análise fatorial exploratória e confirmatória, lançam mão de verificação de *common method variance* a partir da subjetividade dos sujeitos, reconhecendo a presença desse elemento subjetivo nas pesquisas quantitativas (PODSAKOFF et al, 2003). Assim como é subjetivo o instrumento do pesquisador, é também subjetiva a resposta do pesquisado.

Previsibilidade: imaginada por August Comte como uma grande contribuição do positivismo nas ciências sociais, a previsão tem sido supervalorizada pelos críticos dessa escola. Isso porque a capacidade preditiva de modelos estatísticos, especialmente oriundos de regressões múltiplas, normalmente tem baixo poder de explicação em ciências sociais, além de exigir um número cada vez maior de elementos que podem influenciar os resultados, chamadas de variáveis independentes. Aliás, o uso de regressões múltiplas perdeu muito do seu *status* com o crescimento da noção de que a comprovação de causalidade pode ser mais complexa e imprecisa do que indica os parâmetros estatísticos. A concepção atual de previsão passa por entender uma variação conjunta entre os elementos do fenômeno. Ou seja, no lugar de medir o quanto o autoritarismo do chefe piora a qualidade de vida no trabalho, podemos identificar que, na realidade pesquisada, chefes mais autoritários e com mais tempo de empresa tendem a piorar a qualidade de vida dos profissionais subordinados, em termos de variação conjunta das percepções estudadas. A comprovação de causalidade pelos métodos quantitativos não está abandonada, porém encontra um campo de grande desenvolvimento na área de políticas públicas, que busca relacionar políticas específicas com consequências desejadas naquele ambiente. Ainda que importante, a capacidade preditiva de modelos estatísticos tem sido usada com maior parcimônia nas abordagens quantitativas.

Reduccionismo: uma das críticas mais ferrenhas de antipositivistas diz respeito ao reducionismo dos elementos presentes em um fenômeno quando do seu estudo (VERGARA; CALDAS, 2005). De fato, a abordagem quantitativa toma alguns aspectos do fenômeno para entender as relações entre eles ou entre o fenômeno e elementos mais externos. Porém, essa mesma tendência, em níveis diferentes está presente também entre interpretativistas e afiliados dos estudos críticos. Também o materialismo histórico do Marxismo reduz dimensões presentes nas organizações, inclusive com estabelecimento da dialética oprimido versus opressor, donos dos meios de produção versus operários e até discurso corporativo versus prática corporativa. Assim, focar em poucos elementos dos fenômenos pesquisados está presente em outros paradigmas e também está relacionado com a capacidade de leitura do pesquisador, para além de ser uma limitação do paradigma escolhido. Superando a necessidade de redução de elementos estudados, técnicas como modelagem de equações estruturais e regressões hierárquicas oferecem possibilidade de estudos de grande variedade de elementos de um fenômeno, além de respeitar os diferentes níveis de ocorrência dos elementos, como região do país (primeiro nível), escolaridade (segundo nível) e disposição em mudar de trabalho se submetido a humilhação (terceiro nível). Contudo, mesmo modelos complexos continuarão sendo uma simplificação da realidade.

Generalização: o estudo de um fenômeno localizado pode gerar uma teoria passível de verificação em outros ambientes (DEMO, 2010; COZBY, 2011). Essa contribuição teórica, chamada de generalização, pode ser confundida com uma postura impositiva de teorias dos países centrais em países periféricos, gerando uma resistência *a priori* à sua aplicação e verificação local. As teorias podem portar uma capacidade de generalização diversa e essa também não é uma característica exclusiva do positivismo. Ademais, o uso de métodos quantitativos não condiciona os resultados a uma generalização. Pelo contrário, o uso de métodos quantitativos oferece possibilidade de entender nuances e diferenças de percepções entre os respondentes, seja por simples arranjo de respondentes, seja pelo uso de técnicas como análise de clusters e análise de agrupamentos, revelando características diversas dentro de uma amostra. Assim, esse elemento da visão positivista nem sempre está presente em pesquisas quantitativas. Na verdade, poucas são as pesquisas quantitativas que se pretendem generalizadoras dos resultados. Mesmo com cuidados em relação à amostragem ou representatividade, no mais das vezes, os resultados encontrados são aplicáveis somente na



realidade onde foram pesquisados, seja por causa da peculiaridade dos fenômenos, seja pela dificuldade de identificar e acessar amostras significativas (COZBY, 2011).

Diante do exposto, argumenta-se que as pesquisas que utilizam uma abordagem quantitativa nem sempre podem ser classificadas como positivistas de forma automática. A muitas delas faltam elementos fundantes desse paradigma. De fato, a pesquisa em ciências sociais, apesar de seu nascimento da sociologia positivista, traz importantes lacunas para ser caracterizada como tal. Complementarmente, apresentando elementos de uma postura mais interpretativista, como construção conjunta da realidade e aproximação do pesquisador com o objeto de pesquisa, abre-se a possibilidade de encontrar elementos menos objetivos nas pesquisas de abordagem quantitativa, começando um laço cuja complexidade convida pesquisadores a dilatar as concepções que possuem dos números e sua manipulação.

## 7. Considerações finais

O crescimento dos paradigmas na preocupação dos pesquisadores de estudos organizacionais revela uma crescente consciência dos aspectos subjacentes à pesquisa do campo de estudos. Especialmente após os anos de 1950, já com a teoria das organizações desenvolvida em parâmetros funcionalistas, paradigmas emergentes se colocaram como uma opção viável, trazendo ricas contribuições aos estudos organizacionais, em especial por atentar para lacunas não contempladas pela perspectiva dominante.

O convívio de diferentes paradigmas entre os pesquisadores trouxe à tona duas diferentes posturas. Uma mais baseada em Kuhn (1970) entende que os paradigmas se sobrepõem numa evolução histórica, com o paradigma dominante sendo atacado e finalmente sucumbindo a um novo paradigma emergente, estabelecendo uma revolução paradigmática que será aceita gradativamente pela comunidade científica. Essa postura alimenta intensos debates na área de estudos organizacionais, com pesquisadores adotando uma espécie de missão paradigmática ao entender que sua visão de mundo é mais completa ou mais capaz de dar conta da realidade. Outra postura possível é aquela adotada por Burrell e Morgan (1979), que identificam quatro diferentes paradigmas nos estudos organizacionais e, apesar de enxergarem importantes diferenças entre eles, entendem que a convivência e a complementaridade está presente nessa amplitude possível.

Por fim, dentro do paradigma funcionalista, muitas pesquisas com abordagem quantitativa têm sido associadas à uma postura positivista de fazer ciência. Argumenta-se aqui que a pesquisa quantitativa em estudos organizacionais pode ou não ser positivista, dependendo dos elementos que estão presentes na concepção e condução da pesquisa. Características do positivismo como objetividade, generalização e afastamento do pesquisador dificilmente são possíveis nesse campo de estudo, apesar dos cuidados metodológicos tomados pelos pesquisadores. Assim, percebem-se elementos para duas diferentes possibilidades na classificação das posturas paradigmáticas: algumas pesquisas totalmente quantitativas podem ser classificadas como interpretativistas dada sua carga de subjetividade, construção conjunta da realidade pesquisada e envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo; outras pesquisas de cunho mais funcionalista (no sentido de serem utilitaristas e buscarem eficiência da gestão) perdem suas características positivistas por causa dos elementos ausentes e habitam na interface entre funcionalismo e interpretativismo. Essa proposta não é incompatível com a proposta de Burrell e Morgan (1979), dada a sua concepção de *continuum* entre os paradigmas relacionados pelos autores.

## Referências

- BERTERO, C. O.; KEYNERT, T. M. M. Evolução da análise organizacional (1961-93). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, São Paulo, 1994.
- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analyses**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, São Paulo, 2005.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, São Paulo, 2005.
- COZBY, P. C. Métodos de pesquisa das ciências do comportamento. São Paulo, Atlas, 2011.
- DALMORO, M.; CORSO, K. B.; FALLER, L. P.; WITTMANN, M. L. Dominância epistemológica em estudos do campo: são ainda os Administradores positivistas? In: Encontro da ANPAD, 31, São Paulo, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- DEMO, P. Introdução à metodologia das ciências. São Paulo: Atlas, 2010.
- \_\_\_\_\_. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- DIAS, T.; BIROCHI, R.; DEAMBROSIS, A. M.; DAROSI, G. C. M.; MATOS, O. A. A Construção do conhecimento sobre estratégia: uma análise da produção científica recente (2003-2011), na perspectiva de Burrel e Morgan. Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 4. Brasília, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.
- FEITOSA, I. L.; POPADIUK, S. DROUVOT, H. Estruturação de pesquisas acadêmicas: a perspectiva multiparadigmática. In: Encontro da ANPAD, 33, São Paulo, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da Administração: problematizando seu objeto. In: SANTOS, R. S. (Org.). **A administração política como campo do conhecimento**. Ed. Mandacarú: São Paulo/Salvador, 2004.
- JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves Editora, 1992.
- KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2. Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARSDEN, R.; TOWLOY, B. A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. Volume 2. Reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001.
- MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MATTOS, P. L. C. L. Administração é ciência ou arte? O que podemos aprender com este mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, São Paulo, 2009.

MORGAN, D. L. Paradigms lost and pragmatismo regained: Methodological implications of combining qualitative and quantitative methods. **Journal of Mixed Method Research**, v. 1 n. 1, pp. 48-76, January, 2007.

PODSAKOFF, P. M.; MACKENZIE, S. B.; LEE, J.-Y.; PODSAKOFF, N. P. Common method biases in behavioral research: a critical review of the literature and recommended remedies. **The Journal of applied psychology**, v. 88, n. 5, p. 879–903, 2003.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração UFSM**, v. 2, n. 2, Santa Maria, 2009.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, São Paulo, 2005.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.